



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Publicado D.O.E.

Em 27/02/07

Secretaria do Tribunal Pleno

Processo TC nº 03536/03 e doc 06417/05

Município de **Uiraúna**. Prestação de Contas Anuais. Exercício financeiro de 2004. Infração à norma legal. Imputação de débito. Aplicação de multa. Assinação de prazo para fins de recolhimento.

ACÓRDÃO APL TC 49 /2007

VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS os autos do Processo TC nº 03536/03 e Doc. 06417/05, relativo à prestação de contas do Município de Uiraúna, exercício de 2004, tendo como responsável o Prefeito, Sr. **João Bosco Nonato Fernandes**, e

CONSIDERANDO que da análise procedida pela Auditoria, restou configurado o cometimento de irregularidades, tais como o não recolhimento em tempo certo das contribuições previdenciárias e a constatação de que houve saldo a descoberto;

CONSIDERANDO que o Prefeito Municipal e ordenador de despesa atrai para si multa nos termos da Lei Complementar nº 18/93, art. 56 II, quando descumpre preceitos e disposições constitucionais e legais;

CONSIDERANDO o Relatório da Auditoria, o pronunciamento do Órgão Ministerial, o voto do Relator e o mais que dos autos consta,

ACORDAM OS MEMBROS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à unanimidade, em sessão plenária realizada nesta data em:

1. **Imputar** ao Prefeito Municipal de Uiraúna, Sr. **João Bosco Nonato Fernandes**, o débito relativo ao saldo a descoberto, no valor de R\$ 1.863,42 (Hum mil, oitocentos e sessenta e três reais e quarenta e dois centavos);
2. **Imputar** ao ex-vice-Prefeito Municipal de Uiraúna, Sr. Laurentino Fernandes Nogueira, o débito relativo ao recebimento de remuneração em excesso, no valor de R\$ 480,00;
3. **Assinar** ao Sr. **João Bosco Nonato Fernandes** o prazo de sessenta (60) dias, para fins de recolhimento aos cofres do Estado do valor objeto da imputação de débito atuando, na hipótese de omissão, o Ministério Público, tal como previsto no art. 71, § 4º, da Constituição Estadual;
4. **Assinar** ao Sr. **Laurentino Fernandes Nogueira** o prazo de sessenta (60) dias, para fins de recolhimento aos cofres do Estado do valor objeto da imputação de débito atuando, na hipótese de omissão, o Ministério Público, tal como previsto no art. 71, § 4º, da Constituição Estadual;
5. **Aplicar** multa pessoal ao Sr. **João Bosco Nonato Fernandes**, no valor de R\$ 2.805,10 (Dois mil, oitocentos e cinco reais e dez centavos), por infração a normas legais (Lei 8.666/93 e LC 101/2000), com fundamento no art. 56 da Lei Complementar nº 18/93, assinando-lhe o prazo de sessenta (60) dias, a contar da data da publicação do presente Acórdão, para efetuar o recolhimento ao Tesouro Estadual, à conta do Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, a que alude o art. 269 da Constituição do Estado, a importância relativa à multa, cabendo ação a ser impetrada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), em caso do não recolhimento voluntário devendo-se dar a intervenção do Ministério Público, na hipótese de omissão da PGE, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Estadual;

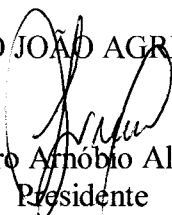


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

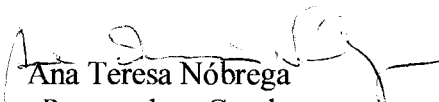
Processo TC nº 03536/03 e doc 06417/05

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC- PLENÁRIO MINISTRO JOÃO AGRIPINO, 07 de fevereiro de 2007.


Conselheiro Arnóbio Alves Viana
Presidente


Conselheiro Fernando Rodrigues Catão
Relator


Ana Teresa Nóbrega
Procuradora Geral